



**Educar na diversidade:
Compartilhando
experiências
educacionais inclusivas**

*compartímos
buenas prácticas
Brasil*



GOBIERNO
DE ESPAÑA

MINISTERIO
DE EDUCACIÓN,
POLÍTICA SOCIAL Y DEPORTE



República do Brasil
Ministerio de Educación

riinee.

Autores:

Ministerio de Educação
República do Brasil
Claudia Pereira Dutra
Secretaria de Educação Especial
Claudia Maffini Griboski
Diretora Política de Educação Especial



**MINISTERIO DE EDUCACIÓN,
SECRETARÍA DE ESTADO DE EDUCACIÓN Y
FORMACIÓN PROFESIONAL**

*Dirección General de Evaluación y Cooperación Territorial
Subdirección General de Programas y Centros*

Edita:
© SECRETARÍA GENERAL TÉCNICA
Subdirección General de Información y Publicaciones

Catálogo de publicaciones del Ministerio de Educación
<http://www.educacion.es/>

Catálogo general de publicaciones oficiales
www.060.es

Diseño: Alejandro Martínez González
Fecha de edición: 2008
NIPO: 660-08-403-8

Depósito Legal: M. 23478-2009
Imprime: OMAGRAF, S.L.

Se puede reproducir y traducir total y parcialmente los textos
mencionando la fuente.
Las opiniones emitidas en la publicación son responsabilidad de los autores.
No reflejan ni comprometen necesariamente las posiciones institucionales
del Ministerio de Educación de España.

Impreso en papel ecológico TCF
totalmente libre de cloro



Introdução

O presente artigo apresenta os caminhos percorridos na construção da educação inclusiva e os limites que precisam ser superados no contexto educacional brasileiro, compreendidos enquanto possibilidade de avanços na garantia do direito de acesso, participação e aprendizagem de todos os alunos nas escolas de ensino regular. Nesse contexto, tem por objetivo socializar as ações educacionais implementadas, desde o ano 2000, por meio do Projeto Educar na Diversidade, e evidenciar os resultados alcançados no desenvolvimento de práticas educacionais inclusivas que indicam a construção de uma escola para todos e que sobretudo impõe a discussão sobre os conceitos que fundamentam a proposta de educação inclusiva no Brasil.

Vale dizer que o conceito de Educação para Todos ganhou destaque mundial incidindo na formulação de políticas, legislações e planejamentos educacionais. Os princípios que fundamentam os objetivos do Projeto Educar na Diversidade são coerentes com os compromissos assumidos pelos países na Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jontiem, 1990, a Conferência Mundial de Necessidades Educacionais Especiais, em Salamanca, 1994, e o Fórum Mundial de Educação para Todos, em Dakar, 2000 que ratificou os princípios da construção de uma escola de qualidade para todos.

Neste processo, o Projeto Educar na Diversidade se destaca como experiência que dinamiza e fortalece o processo de reforma educativa, iniciado em muitos países em desenvolvimento, antes mesmo da década de 90. O caminho percorrido até o momento não é homogêneo nem linear, porém, embora evidencie resistências, expressa importantes avanços e, sobretudo, é irreversível do ponto de vista do que já foi conquistado.

O Projeto consiste em conhecer os saberes e práticas das escolas, analisar e enriquecer esta prática em função das modificações necessárias para dar respostas à diversidade; organizar espaços, recursos e materiais que possibilitem a formulação de estratégias para ensinar a todos os alunos; envolver os docentes na elaboração, revisão e validação dos processos e materiais de formação; promover permanente intercâmbio entre os consultores do Projeto e as escolas, para partilhar experiências; estabelecer compromissos e atuação colaborativa entre os profissionais da educação especial e da educação comum, nos processos de formação e na elaboração de materiais; e desenvolver processos de formação e

materiais em consonância com os princípios e as estratégias metodológicas que se pretende promover nas escolas regulares e nas salas de aula.



Projeto Educar na Diversidade: Uma experiência nos Países do MERCOSUL

O projeto Educar na Diversidade foi realizado a partir de uma experiência desenvolvida no âmbito dos Países do MERCOSUL. Uma ação coordenada pela Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação do Brasil e com a participação da Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, entre os anos de 2000 e 2003. As ações do projeto tiveram apoio financeiro da Organização dos Estados Americanos - OEA, e assessoria técnica da UNESCO. O Projeto, com a finalidade de promover a educação inclusiva, a partir do desenvolvimento de estratégias para responder à diversidade dos alunos, foi realizado em cinco escolas de cada país, totalizando vinte e cinco escolas participantes.

A proposta foi realizada cumprindo as fases de utilização do material *Formação de Professores, Necessidades Especiais em Sala de Aula* da UNESCO que serviu de referência para o debate nas escolas, contando com uma consultoria para acompanhar o desenvolvimento do projeto, registrar as contribuições das escolas a partir da realidade vivenciada em cada um dos países, e propor alterações no material, após reunião dos coordenadores do Projeto.

A primeira fase do projeto tratou de criar as condições básicas para o seu desenvolvimento, ou seja, houve a sensibilização das autoridades locais para garantir a implementação das ações em cada um dos países e, na seqüência, foram selecionados os consultores para o suporte às ações, sendo um da área da educação especial e outro da educação básica. O Projeto previa ainda, incentivo às escolas, tais como mobiliário, material didático e outros; avaliação qualitativa e quantitativa de cada escola; e a realização das oficinas de formação envolvendo os consultores e coordenadores do Projeto. Esta formação teve como objetivo, apresentar o material, *Necessidades Educacionais Especiais em Sala de Aula*, da UNESCO, identificar os conteúdos a serem discutidos e estudados na formação de professores, orientar para revisão do material após validação deste e a preparar para a construção da versão definitiva.

Sustentado nos pilares da formação docente e dos referenciais pedagógicos, articulados com a colaboração de toda a escola, o projeto Educar na Diversidade se propõe a alterar as práticas de ensino e de gestão, a política e a cultura escolar organizando escolas inclusivas que promovam a aprendizagem de todos os alunos.

A metodologia para o uso do material se desenvolveu por meio de oficinas de formação docente ou mesmo em reuniões no interior da escola envolvendo toda a comunidade escolar. Para tanto, foi necessário definir um conjunto de critérios e estratégias de formação, centrados na escola; identificar, aplicar e validar um conjunto de materiais de apoio aos processos de formação de professores e profissionais da educação; e promover o intercâmbio de experiências realizadas nos diferentes países. Essa dinâmica de utilização do material propicia ao professor a experiência educacional de ensinar e aprender por meio de práticas de ensino inclusivas, que rompem com a proposta tradicional de ensino e aprendizagem, e favorecem o desenvolvimento de ações inovadoras que respondam às necessidades de todos os alunos, independente de suas características pessoais, emocionais, situação de deficiência, gênero, raça, etnia e outras.

Neste sentido, o projeto Educar na Diversidade se constituiu numa ação que ofereceu aos profissionais da escola, a oportunidade de troca de experiências realizadas em cada um dos países. Na última fase do projeto houve o intercâmbio dos docentes das escolas dos cinco países com a finalidade de conhecer a realidade das outras escolas, analisar as diferenças existentes nos sistemas educacionais de outros países, bem como construir outras estratégias de ensino para atender a diversidade dos alunos e dos contextos em que o processo educacional acontece. Assim, cada País escolheu um docente de suas escolas, seguindo o critério de que esse professor estivesse em exercício de sala de aula, e enviou para outro país. Da mesma forma, foram recebidos os professores, que tiveram uma excelente oportunidade de reconhecer, comparar e identificar novas experiências e construir conhecimentos sobre a implementação da educação inclusiva, tendo acesso a ações de formação e práticas pedagógicas para seu desenvolvimento profissional.

A implementação do Projeto Educar na Diversidade inserido no movimento mundial de desenvolvimento de sistemas educacionais inclusivos com vistas a eliminação da exclusão educacional possibilitou fomentar ações de igualdade de oportunidades e valorização das diferenças propiciando o acesso à educação de qualidade para todos. Considerando os seus resultados e a vontade política de dar continuidade a esta ação de formação das escolas para implementação da educação inclusiva, o Ministério da Educação do Brasil ampliou a abrangência do Projeto para outras escolas brasileiras.

Projeto Educar na Diversidade no Brasil

A Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação do Brasil lançou em 2004, o Projeto Educar na Diversidade com abrangência nacional, instituído como uma ação desenvolvida no contexto do Programa Educação Inclusiva: direito a diversidade, iniciado no país em 2003 e que atua na formação de gestores e educadores para a organização de sistemas educacionais inclusivos. Neste contexto, visa oferecer subsídios teóricos e práticos da educação inclusiva aos educadores multiplicadores das secretarias de educação dos estados, e municípios, com a finalidade de fomentar seu desenvolvimento no território nacional, para atender às necessidades educacionais especiais de crianças, jovens e adultos matriculados no sistema regular de ensino, com ênfase na eliminação das barreiras para o acesso, participação e aprendizagem na escola de ensino regular.

Para o desenvolvimento do Projeto foram realizadas quatro oficinas regionais de formação de educadores indicados pelas 27 Secretarias Estaduais de Educação e 114 municípios-pólo³ para atuação na função de multiplicadores da formação. As Oficinas de Formação Nacional do Projeto Educar na Diversidade foram realizadas nas cidades de Belo Horizonte, Natal, Curitiba, Manaus e em Brasília.

O desenvolvimento do Projeto Educar na Diversidade nas escolas brasileiras teve como objetivo construir práticas de ensino inclusivas a fim de eliminar a exclusão e responder à diversidade de estilos de aprendizagem; formar professores do ensino regular para utilização de estratégias inclusivas; formar educadores e comunidade escolar para apoiar o desenvolvimento de sistemas educacionais inclusivos; e transformar o ambiente escolar em um espaço acolhedor, de aprendizagem colaborativa, contínua e de atenção e valorização das diferenças humanas.

O material Educar na Diversidade, resultante do Projeto desenvolvido com a UNESCO, foi amplamente distribuído nas escolas participantes, com uma ti-

3. A terminologia municípios-pólo é utilizada para designar municípios que recebem apoio técnico e financeiro do Ministério da Educação do Brasil para atuar como multiplicadores da formação de gestores e educadores para a implementação da educação inclusiva nos municípios de sua área de abrangência.

ragem de mais de 30 mil exemplares entre os anos de 2004 e 2007. Sua utilização na formação de professores e gestores, auxilia as escolas na reflexão sobre a prática pedagógica e de gestão, de forma colaborativa, possibilitando a construção de práticas inovadoras e inclusivas, além de criar oportunidades de participação, aprendizagem e atendimento as necessidades educacionais dos alunos na escola. Considerando a sua característica de flexibilidade na forma como é utilizado, o material continua a receber acréscimos de conteúdos locais, sejam da escola, das experiências de sala de aula, das relações com a comunidade, entre outros.

O Projeto Educar na Diversidade no Brasil se fundamenta nos pressupostos do direito de todos à educação, atenção a diversidade e valorização das diferenças na escola, que constituem valores indissociáveis para a construção da cidadania, baseada na aprendizagem ativa, participativa e colaborativa dos sujeitos.

Com base nestes pressupostos, o projeto é realizado a partir do estabelecimento de parcerias entre o Ministério da Educação e as Secretarias de Educação dos Estados e dos Municípios e estabelece como metodologia de trabalho a realização de oficinas nacionais, que totalizam 40 horas/aula. As oficinas são coordenadas pela Secretaria de Educação Especial e ocorrem em municípios situados de forma estratégica geograficamente, para receber os representantes das secretarias de todos os municípios e estados brasileiros. Nas oficinas de formação docente é organizado o Cronograma de Atividades por cada representante contendo as ações a serem desenvolvidas na fase de multiplicação nas escolas de sua abrangência. Da mesma forma, a estrutura e formato das ações de formação de professores nas escolas são organizadas a partir de orientações sobre as atividades de observação das práticas utilizadas pelos docentes em sala de aula, materiais referenciais sobre as questões relativas à inclusão de todos os estudantes nas atividades desenvolvidas e no acesso ao currículo e na aprendizagem.

Após a Formação Nacional, os professores multiplicadores atuam na aplicação do material do Projeto Educar na Diversidade diretamente nas escolas. Cada Secretaria de Educação indica duas escolas para a realização das oficinas que são organizadas, também com 40 horas/aula, de forma a auxiliar os professores e demais profissionais da educação a refletirem sobre suas práticas e a atuarem colaborativamente na construção de práticas inovadoras e inclusivas, a partir das quais, os alunos tenham garantido as respostas às suas necessidades educacionais especiais, bem como o acesso às atividades educacionais com participação e aprendizagem na vida escolar e na comunidade. As formações nas escolas devem contemplar ainda, 30 horas de formação específica com palestras, oficinas, grupos de estudos sobre as áreas de deficiência física, sensorial, mental e altas habilidades/superdotação. Diante dessa organização proposta para o Projeto, sua expansão deve se realizar de diferentes formas: dentro da escola

para formar novos docentes; nas redes de ensino com o envolvimento de outras escolas; e com a inclusão de novos municípios de abrangência.

O material de formação docente Educar na Diversidade, constituído de quatro módulos contem a Introdução, que traz o histórico do Projeto desde a aplicação nos Países do Mercosul até a experiência brasileira, além da abordagem conceitual e filosófica que subsidia a proposta; O enfoque da Educação Inclusiva, que apresenta os princípios e a organização das escolas inclusivas; Construindo Escolas, que analisa o contexto da gestão da escola para responder a diversidade dos alunos, seja nos aspectos de raça, etnia, gênero, deficiência ou qualquer outra diferença representada no contexto escolar; e Aulas inclusivas que aborda as práticas educacionais com ênfase no processo de transformação das escolas para a inclusão de todos os alunos. O material apresenta ainda, uma metodologia flexível, de análise de histórias contadas a partir de experiências na escola, que abordam as temáticas a serem desenvolvidas na formação, com exercícios aplicados a cada realidade escolar.

No período de 2005 a 2006, participaram os estados e 147 municípios-pólo, além de outros 14 municípios de abrangência, totalizando 158 municípios em diferentes localidades do território nacional. Esta ação possibilitou formar 15 mil professores em 607 escolas. Em 2007, já em fase de expansão do Projeto, foram contemplados mais 104 municípios, ampliando o número de escolas participantes para 1.250 e formando mais 19.300 professores.



A Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva no Sistema Educacional Brasileiro

O Ministério da Educação do Brasil/ Secretaria de Educação Especial tem acompanhado os avanços do conhecimento e das lutas sociais, visando constituir políticas públicas em defesa de uma educação de qualidade para todos. Com isso, enfatiza o princípio da garantia do direito à escolarização e ao atendimento educacional especializado previsto na Constituição da República Federativa do Brasil (1988), exigindo uma nova configuração da educação especial no sistema de ensino brasileiro.

Considerando a dimensão do sistema educacional brasileiro, conforme dados do Censo Escolar/INEP/MEC/2007, com 52.969.456 estudantes matriculados na Educação Básica, sendo que 46.610.710 em escolas públicas e 6.358.746 em escolas privadas, o grande desafio é a organização de todas as escolas na perspectiva inclusiva. Na educação especial são 640.617 matrículas e destas 47% dos alunos estudam nas escolas comuns do ensino regular, demonstrando o crescente avanço dos pressupostos político-educacionais da educação inclusiva, no que se refere ao acesso ensino regular, que em 1998 representava apenas 13%. Este percentual revela o processo de construção de sistemas educacionais inclusivos, refletindo o resultado das ações do Ministério da Educação do Brasil desenvolvidas a partir do Programa Educação Inclusiva: direito a diversidade que dissemina a política nacionalmente e atua na ampliação da formação de professores para o desenvolvimento de práticas educacionais inclusivas nas escolas, na formação docente para o atendimento educacional especializado, na promoção da acessibilidade física, na distribuição nos recursos para acessibilidade nas comunicações e materiais didáticos adaptados, na disponibilização de equipamentos e recursos para a oferta do atendimento educacional especializado aos alunos matriculados no ensino regular e na disseminação de referenciais pedagógicos e disseminação que subsidiam a reestruturação do projeto pedagógico e promovem o desenvolvimento profissional para responder as necessidades educacionais de todos os alunos.

A mudança no enfoque das ações da educação especial no Brasil, redirecionada segundo os pressupostos da educação inclusiva, tem impulsionado as transformações nesse campo de conhecimento, que necessariamente pressupõe

a sua interação com a educação básica e superior, como eixo transversal e não em caráter substitutivo do ensino regular.

Nesse entendimento, em 2007, no Brasil, é lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, tendo como eixos a formação de professores para a educação especial, a implantação de salas de recursos multifuncionais, a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, bem como o acesso e a permanência das pessoas com deficiência na educação superior. Assim, a educação especial afirma suas ações nas questões referentes à acessibilidade, ou seja, nos recursos, serviços e atendimento educacional especializado complementar a escolarização, que promova o acesso dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação a educação. O acesso pleno é garantido, a partir da proposição de estratégias e recursos pedagógicos diferenciados, considerando os diferentes processos de ensino e aprendizagem, o percurso educacional de cada um, a gestão da escola e a participação da comunidade escolar.

Para consolidar essa mudança paradigmática da integração para a inclusão, em 2008, foi publicada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva que passa a orientar os sistemas de ensino para a organização da educação especial para o atendimento às especificidades dos alunos no sistema educacional, e no âmbito de uma atuação mais ampla na escola, orienta a organização de redes de apoio, a formação continuada, a identificação de recursos, serviços e o desenvolvimento de práticas colaborativas.

Cabe salientar, que neste cenário de políticas inclusivas, em julho de 2008 o Brasil ratifica a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU em 2006, como Emenda a Constituição Federal Brasileira, assumindo o compromisso de assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social compatível com a meta da plena participação e inclusão

Esse processo que se instala a partir da perspectiva da educação inclusiva se apresenta como uma proposta de reforma educacional, justificado pelo reconhecimento de que, a escola tradicional calcada em modelos homogêneos de aprendizagem, fracassou na sua tentativa de educar todos os alunos, indicando a necessidade de uma reestruturação escolar que contemple propostas educacionais baseadas na pluralidade dos processos, que considerem as capacidades e potencialidades dos alunos, a partir da valorização das diferenças como elemento enriquecedor do currículo de cada um e de todos na escola.

A possibilidade de transformação dos sistemas de ensino, como ação fundante da educação inclusiva, parte do pressuposto de que a aprendizagem é um processo de construção coletiva, o que indica a defesa de uma proposta social e educacional que modifica desde os processos de ensino e aprendizagem na sala de aula até a gestão da escola e do sistema de ensino.

Portanto, uma nova organização da educação especial, requer um amplo investimento na formação inicial e continuada dos docentes, em consonância com os elementos fundamentais da educação inclusiva. Uma formação que contemple a perspectiva de desenvolvimento profissional dos professores e proponha a transformação das ações pedagógicas no que tange à gestão dos sistemas de ensino, das instituições escolares e na organização do trabalho pedagógico em sala de aula. É pautado nesses pressupostos que o Projeto Educar na Diversidade contribui para uma nova visão da educação especial no contexto educacional brasileiro.

Dentre os elementos que indicam a relevância do Projeto, pode-se citar a decisão dos municípios de expandirem as oficinas de formação em todas as escolas da rede, bem como o interesse, por parte de outros municípios de aderirem à proposta. Também foi reconhecido, tanto por parte dos multiplicadores quanto dos professores cursistas, que o material de formação docente Educar na Diversidade é um recurso objetivo, claro, que traz conhecimentos relevantes e práticos, e de fácil acesso, para utilização pelos professores, que em razão de sua aplicabilidade, passam a modificar sua prática pedagógica.

Com foco nos processos formativos, o Projeto permite apreender os diferentes modos de manifestação da prática pedagógica e das concepções subjacentes a esta prática e que constituem a identidade docente. Repensar o percurso profissional, com vistas a retomar a finalidade da função social e educacional à que se propõe o educador significa questionar a prática cotidiana da escola. Organizar escolas inclusivas é tarefa própria de professores emancipados profissionalmente, que fazem da sua tarefa, o compromisso de desenvolver, com autonomia, escolas que respondam à diversidade de todo os alunos, se constituindo a partir do encontro com a diferença e da desconstrução de alguns referenciais já superados, por uma prática educacional inclusiva. O Projeto Educar na Diversidade tem contribuído, no sentido de dar sustentabilidade ao processo de mudança vivenciado no Brasil, que aposta a reconstrução da escola a cada dia e que assim, assume a disseminação de uma nova cultura escolar.

Referências bibliográficas

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

Declaração Mundial sobre Educação para Todos de Jomtien. 1990. Disponível em: <www.planalto.gov.br/legislacao/>. Acesso em: 10 dez. 2007.

Declaração de Dakar. 2000. Disponível em: <www.interlegis.gov.br/>. Acesso em: 10 dez. 2007.

Lei n. 8.069/90. **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil**. Disponível em: <www.planalto.gov.br/legislacao/>. Acesso em: 10 dez. 2007.

Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: MEC/SEESP, 1994. Disponível em: <www.planalto.gov.br/legislacao/>. Acesso em: 10 dez. 2007

Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <www.planalto.gov.br/legislacao/>. Acesso em: 10 dez. 2007.

IBGE. Censo Demográfico, 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/default.shtm>>. Acesso em: 20 de jan. 2007.

Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Secretaria de Educação Especial - MEC/SEESP, 2001. Disponível em: <www.planalto.gov.br/legislacao/>. Acesso em: 10 dez. 2007.

Educar na diversidade: material de formação docente. Brasília: MEC/SEESP, 2005.

INEP. Censo Escolar, 2007. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/basica/censo/default.asp>>. Acesso em: 05 de ago. 2008.

Documento subsidiário à política de educação inclusiva. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Especial: Brasília, 2007.

Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

Brasília: MEC/SEESP, 2008 Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/seesp>>. Acesso em: 05 ago. 2008.

*“Hay que inventar respiraciones nuevas.
Respiraciones que no sólo consuman el aire,
Sino que además lo enriquezcan
Y hasta lo liberen
De ciertas combinaciones taciturnas”.*

Roberto Juarroz



GOBIERNO
DE ESPAÑA

MINISTERIO
DE EDUCACIÓN,
POLÍTICA SOCIAL Y DEPORTE



República do Brasil
Ministerio de Educación